

VIOLÊNCIA E OS CONFLITOS PSICOLÓGICOS, NA PRÁTICA, LABORAL DO POLICIAL: UM PROBLEMA FENOMENOLÓGICO URGENTE DO TEMPO PRESENTE

Luiz Ricardo dos Santos¹

RESUMO: Faz-se necessário compreender que há um fenômeno a ser observado, tecido um constructo crítico e direcionado um olhar para os efeitos destes na sociedade do tempo presente: a violência da polícia contra a própria polícia. As constantes notícias de violência e mortes de profissionais da segurança pública que cometem contra os próprios companheiros de trabalho, ou terceiros, como a família e amigos, acende um alerta muito importante, exigindo pesquisas e soluções imediatas sobre o tema. O presente artigo visa apresentar o problema, as fundamentações teóricas que possam dar aporte às hipóteses e destacar possíveis soluções. Para isso, além do estudo historiográfico e a inserção de conceitos de campos diversos que possam contribuir com a discussão, perpassa pela perspectiva psicossocial e institucional, expressando uma importante preocupação que afeta a sociedade.

Palavras-chaves: Violência. Polícia. Estado. Segurança Pública. Psicossocial.

INTRODUÇÃO

1272

A violência é destaca como “um fenômeno histórico e social da humanidade e vem sendo estudado cada vez mais no decorrer das últimas décadas, pela presença de tristes episódios que se proliferam na sociedade” (SOUZA, 2012, p. 17). Para ampliar conhecimentos a respeito da construção desta problemática social, é preciso compreender, antes, aspectos que advém da fenomenologia – campo que pesquisa e interrelaciona discursos, vulnerabilidades psicossociais, ausência de políticas públicas, e outros tópicos situacionais -.

O presente artigo busca refletir sobre este tema da violência enquanto fenômeno a partir da preocupação da sociedade e das instituições sociais sobre a crescente estatística de violência praticada pelos próprios agentes da segurança pública – os policiais -, contra companheiros de trabalhos, a própria família e amigos, além de si próprios. Este fenômeno, que evidenciou-se ainda mais no período da pandemia, tornou-se um importante aspecto

¹Policial Militar na PMPR. Bacharel em Administração de Empresas e Administração Rural. Especializações em Direito Militar, Direito Ambiental, Gestão de Logística, Gestão Ambiental, Armazenagem de grãos e Segurança Alimentar, Técnico em Segurança do Trabalho.

de pesquisa para áreas diversas, como: psicologia, representação social, a política de segurança pública, a educação. Os veículos de comunicação de massa – jornal, televisão, rádio, internet e portal de notícias, têm destacado com frequência esta descrição comportamental por parte dos policiais, tecendo reflexões sobre os aspectos norteadores que possam mobilizar hipóteses a respeito.

Antes de tecer a análise sobre o objeto deste artigo, é importante lembrar que o art. 144 da Constituição Federal evidencia que a segurança pública é um dever do Estado, com ação direta pelos seus agentes: Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária. A descrição do aparato legal expressa que: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados” (BRASIL, 1988).

Portanto, neste sentido, há o estabelecimento concreto de um ordenamento social, através destes institutos e suas práticas laborais, devendo, então, cumprir regras e agir de forma absoluta na proteção da sociedade. Mas, qual sociedade? Quais atores sociais? A questão vem ao encontro da percepção de que, assim como há o engendramento de um arcabouço legal para a proteção social coletiva, faz-se necessário, também, entender que dentro deste conjunto integra os próprios agentes da segurança, que por serem cidadãos também possuidores de direitos, precisam de proteção em esferas diversas.

É neste aspecto que o presente artigo apresenta-se, visando à reflexão de como estes atores, de fato, são contemplados com a proteção total do Estado. Mas, também, permeia por uma tessitura reflexiva que que rememora as letras do artigo 144, quando ela aponta que a proteção é de todos. Portanto, a preocupação em direcionar um olhar para o aspectos norteadores deste sujeito social, também compete às outras agências de socialização, como, por exemplo, os espaços de poder político, as instituições educativas, sociais, religiosas, comunitárias, acadêmicas (de pesquisa), atentarem-se para o fenômeno da violência ocorrida entre os atores laborais da segurança pública.

Baixa remuneração, necessidade de melhor e mais afirmativo reconhecimento, escalas de trabalho exaustivas, pressão psicológica ampliada, entre outros fatores, contribuem, significativamente, como o fenômeno do estado social complexo deste público alvo. Os resultados, constantes problemas psicossociais.

Quando trata-se da ação laboral dos policiais, é importante considerar que o ampliado nível de estresse é constante, em razão das situações de conflito que diariamente são submetidos, o que faz com que a saúde emocional – e conseqüentemente a física – é afetada drasticamente, de forma lenta e bastante letal. O advento destas complexidades psíquicas e sociais não são apenas em razão do elevado nível de estresse da operacionalidade, mas, também, do contributo institucional, que aportada em pressões de diversos fatores, desencadeia as situações adversas que desgastam e problematizam a saúde do trabalhador da segurança.

Entre os efeitos, estão: distúrbios do sono, uso de cigarros e bebidas alcoólicas (além do abuso em outras drogas), violência, depressão, transtornos de ansiedade, bipolaridade, suicídio. As patologias psicossociais somam-se à outro fator: a necessidade de manutenção de uma representação social que configura-se, força, legitimidade institucional, liderança, entre outros simbolismos que orbitam em torno deste profissional.

Neste sentido, há uma espécie intrínseca da não demonstração de fragilidade emocional, não comunicação sensível com o externo, como se a farda fosse uma proteção que divide os espaços das representações. Justamente em razão do fato de que estes atores também utilizam desta representação, desta imagem, como ferramenta discursiva contra criminosos e malfeitores.

Isso seria apenas uma excelente estratégia se, também, não fosse carregada de uma pressão veladamente imposta pela sociedade que exige desta representação um estado de constante alerta e proteção. Portanto, além de todas as outras espécies de ataques psíquicos sofridos, que são desafios que estes profissionais precisam atentar-se, ainda há a necessidade de uma constante administração de imagem junto à sociedade.

Sob este enfoque, o aspecto da representação social também é institucional, já que além deste sujeito precisar manter uma espécie de contrato simbólico, ele ainda precisa manifestar consciência de que esta representação se estende ao órgão o qual ele está inserido. Ou seja: o profissional da segurança pública, o policial, mantém a preocupação de não sujar ou desonrar a farda, que é muito mais do que apenas uma vestimenta, é retrato de uma instituição pública, de um coletivo social que tem, como missão, a honra e defesa absoluta do povo. Justifica-se, também nesta vertente, a preocupação destes profissionais em evitar e administrar crises de imagem, para que não seja a instituição também inserida em contradições.

A saúde mental como fator essencial

Em uma explanação inicial, considera-se saúde mental quando há uma ação de equilíbrio psíquico e emocional, não havendo, portanto, manifestações adversas de patologias no âmbito de doenças e comportamentos. Sabemos que a mente tem influência no corpo. Os problemas psicossociais acarretam uma série de complexidades físicas. Por isso, a necessidade de cuidar das funções psicológicas, ampliar socialização, expressar, procurar ajuda profissional não isolar-se na complexificação.

A nova lógica de atenção à saúde mental requer compreender o sujeito como um todo, como um ser que sofre, que enfrenta momentos desestabilizadores, como separação, luto, perda de emprego, carência afetiva, entre outros problemas cotidianos que podem levá-lo a procurar ajuda. Dessa forma, este modelo deve prestar uma atenção à saúde voltada à integração social do sujeito, procurando mantê-lo em seu contexto familiar e comunitário. Assim, família e comunidade servem como suporte fundamental para que o sujeito crie vínculos, produzindo novos modos de viver em sociedade revertendo o modelo manicomial. (SANTIN; KLAFKE, 2011, p. 148).

Os sujeitos sociais, na sua cotidianidade, vivenciam várias situações de conflitos, questões, desafios, situações, muitas vezes dentro do próprio espaço familiar, social e laboral. Estas intersecções de sentidos – com diversos outros sujeitos e espaços – sobre a sua vida social e particular, influencia na forma como a subjetividade humana se constrói. Lembrando que a subjetividade é a forma como o sujeito encara a vida, os desafios, e ela interfere na perspectiva psicossocial. É a leitura que ele tem do mundo em que vive. É neste sentido que se faz necessário refletir sobre como os elementos externos interferem na forma como o comportamento do sujeito social se manifesta no espaço laboral.

A influência das características atuais do trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores pode decorrer de inúmeros fatores e situações, entre os quais, a exposição a agentes tóxicos, a altos níveis de ruído, a situações de risco à integridade física, como, por exemplo, trabalho com compostos explosivos ou sujeitos a assaltos e sequestros, a formas de organização do trabalho e políticas de gerenciamento que desconsideram os limites físicos e psíquicos do trabalhador, impondo-lhe frequentemente a anulação de sua subjetividade para que a produção não seja prejudicada e as metas estabelecidas sejam cumpridas. (SELIGMANN-SILVA et al., 2010, p. 187).

Os policiais são alguns dos mais afetados por estes elementos externos, muitas vezes tóxicos para o constructo social e cognitivo, gerando intenso estresse (que é a resposta fisiológica e psicológica aos acontecimentos que perturbam o equilíbrio emocional) e direcionando o olhar para o espaço laboral como ameaçador. Se pensarmos do ponto de vista da necessária permanência de uma imagem de força, há uma falsa ordem de

que ele não possa apresentar fraqueza, de nenhuma espécie. Portanto, sofrimentos psíquicos acabam sendo camuflados em decorrência desta suposta construção de representação.

Se por um lado, como dito anteriormente, a representação é um manifesto importante para legitimar a instituição contra malfeitores, como uma arma discursiva eficiente na sociedade, por outro, estes mesmos atores da segurança vivenciam a experiência de serem absorvidos por esta representação. Isso, em excesso, pode também ocasionar situações de opressão que desencadeia manifestos de violências e pressão psicológica.

Podemos inferir que os policiais, sobretudo os operacionais civis e militares, vivenciam um conflito entre o enfrentamento desejado pela instituição que ressalta os atributos e as marcas da masculinidade e os sentimentos de medo da morte, justificados pelas situações de risco reais e imaginárias a que estão submetidos. É urgente que nos comovamos com as absurdas taxas de morte dos policiais, ressaltando que não existe fatalidade nessa imensa perda de vidas que tanto afeta as famílias e a sociedade como um todo. (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007).

Isso mostra o quanto é necessário ampliar o olhar para políticas de saúde direcionadas ao campo dos fenômenos comportamentais dos policiais, mas, o foco carece de um olhar atento, também, às condições desta prática laboral. Ou seja, os aspectos instrumentais direcionados, a qualificação continuada, o cuidado permanente com a saúde física e psicológica, de maneira efetiva, visando a saúde física e mental destes profissionais que enfrentam, diariamente, situações de gestão de crise, conflitos nos ambientes de trabalho e de convivência.

O meio ambiente do trabalho do policial militar é, na maioria das vezes um ambiente arriscado. São as polícias militares dos estados as únicas polícias que estão atendendo em todo território nacional, seja “a pé”, montada, em viaturas, embarcações ou mesmo em aeronaves. Logo, ao Estado compete o dever de fiscalizar e prover recursos para um meio ambiente saudável de trabalho aos policiais militares (WOLOWSKI; ANDRADE, 2019, p. 72).

Isso vem afirmar que “a maneira pela qual esse ambiente é moldado e estruturado influência poderosamente a qualidade de vida das pessoas. Mais do que isso: influência o próprio comportamento e os objetivos pessoais de cada ser humano” (ROSSI et al., 2013, p. 40). O nível de estresse pode desencadear diversas patologias, entre as quais, a Síndrome de Burnout, que tem a ver com o esgotamento físico ou psíquico que afetam o policial podendo, se não cuidado, acarretar distúrbios sérios desconstruindo sua permanência sadia no espaço laboral, familiar e social.

Como destacado anteriormente, o policial é um agente do Estado que encontra-se permanentemente ativo, no sentido de que mesmo em horários em que não está mais no espaço laboral, ele ainda precisa estar em constante alerta; primeiro, em razão da sua representação social (que também é institucional); segundo, em razão da própria proteção à vida (já que muitos policiais sofrem ameaças) e da sua família; terceiro, pelo fato de que a qualquer momento ele pode ser convocado para uma ação de urgência. Este estado permanente de alerta não afeta apenas a psiquê humana do profissional, mas, acaba estendendo-se à família, que também fica em uma constante atenção.

Não são poucas as notícias de violência contra policiais que afetam, também, as famílias. Por isso, em razão dessa preocupação, os policiais vivenciam pressões múltiplas que advém desta vertente de análise sobre a própria experiência laboral e pessoal. Essa exaustão emocional, fortemente manifestada por sensação de fadiga e impotência diante das exigências diárias, acarretam patologias psicossociais. Valio (2018), nos alerta sobre as consequências desta realidade situacional, tão urgente se refletida, justamente porque é fenômeno da contemporaneidade.

Estar tão exausto e desanimado com o trabalho, que a pessoa se encontra esgotada, a tal ponto que sente toda sua energia se esvaír como se estivesse queimando ou esgotando seu “combustível psicofísico”, irritabilidade no trato com as pessoas, na relação de trabalho com clientes destinatários deste trabalho e colegas, indiferença, sabotagem, absenteísmo, sintomas psíquicos e físicos de repulsa ao trabalho e ao ambiente de trabalho, desanimo por falta de reconhecimento e crescimento profissional, uso de drogas para fugir do problema. No fim, todas essas características são claros sintomas de que esse indivíduo acaba “queimado”, esgotado completamente com sintomas psíquicos e físicos, desistência do trabalho. Esta é a Síndrome de Burnout. (VÁLIO, 2018, p. 65, grifo do autor).

Esta complexidade relativa ao estresse laboral ou ocupacional, está, portanto, muito ligado ao ecossistema de atuação, o que pode levar o sujeito à ação extrema como homicídio e suicídio. Diante de tantas necessidades de gestão psíquicas enfrentadas, muitos policiais, quando não encontram ajuda ou tratamentos especializados, ou quando preferem autossabotar no sentido de não procurarem ajuda, mesmo tendo consciência de que algo está errado. A síndrome de burnout foi incluída em 2019, na Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Crimes cometidos por policiais em estado intenso de estresse

Como já analisado anteriormente, a sobrecarga emocional culmina em descontroles significativos na vida pessoal e profissional do agente de segurança pública, que está

diuturnamente exposto ao perigo e a violência. A imprensa tem dedicado a divulgar estes casos de policiais que surtaram, acabando em cometimento de crimes graves.



Fontes: Paraná Portal (<https://paranaportal.uol.com.br/cidades/policial-mata-colega-durante-discussao-parana>); O Popular (<https://opopular.com.br/cidades/pm-ameaca-colega-de-farda-com-arma-diante-de-multidao-no-centro-de-sp-veja-video-1.2161721>); G1 Globo.com (<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/05/14/policial-civil-mata-quatro-colegas-de-trabalho-e-se-entrega-em-seguida-no-ceara.ghtml>), respectivamente.

As reportagens, anteriormente apresentadas, destacam alguns dos muitos casos descritos nos veículos de comunicação de massa, sobre este fenômeno que tem sido marca de preocupação das autoridades, dos cientistas sociais e pesquisadores de diversos campos, da sociedade: a incapacidade de administração psíquica diante de situações de intenso estresse. Por menor que sejam os sinais, é importante que que comuniquem as autoridades superiores ou setores responsáveis por estas avaliações, justamente porque pode ser uma ação de prevenção para a própria proteção da vida do policial, dos demais agentes e das famílias.

Neste sentido, direcionar um olhar de compreensão e entendimento das necessidades destes policiais, é papel do Estado, que como mencionado no início deste artigo, tem a responsabilidade de cuidar com os seus aparatos instrumentais, não apenas do cidadão comum, mas, também, do cidadão policial em suas necessidades e especificidades laborais. A síndrome de burnout, que é gerado pelo excesso de pressão no ambiente de trabalho e sobrecarga do indivíduo, deve ser monitorada constantemente no núcleo laboral dos policiais, pois, os sintomas são apresentáveis.

Entre estas apresentações de sintomas, estão, *no âmbito físico*: fadiga constante e progressiva, falta de sono, dores musculares e osteomusculares, cefaleia e enxaqueca crônica, distúrbios gastrointestinais, imunodeficiência, problemas cardiovasculares e

respiratórios, disfunções sexuais, alterações menstruais nas mulheres; no *âmbito psíquico*: falta de atenção e concentração, problemas com a memória, organização do pensamento lento, impaciência, baixa autoestima, dificuldade de autoaceitação, depressão, desânimo, desconfiança, paranoia; no *âmbito comportamental*: negligência, irritabilidade, agressividade, não aceita mudanças, aumento do consumo de substâncias, comportamento de auto risco, suicídio; no *âmbito dos sintomas defensivos*: sentimento de impotência, solidão, cinismo, ironia.

Esses são apenas alguns dos diversos sintomas psíquicos alertados na síndrome de burnout. Outras patologias físicas e psíquicas também são abordagens para investigação e acompanhamento, em razão da constância de suas manifestações. Faz-se necessário, ainda, enaltecer, que há, de fato, iniciativas importantes por parte das forças de segurança no Brasil, entre as quais, a Polícia Militar, nesta percepção fenomenológica.

Um exemplo disso é a incidência de programas de atendimentos psicológicos, com profissionais, que fazem o acompanhamento de profissionais, seja com afastamento e tratamentos, entre outras formas de orientações e cuidados. Mas, em razão da demanda e da falta de uma política mais intensa, periódica, de observação, poderia apresentar resultados no campo muito mais afirmativos.

CONCLUSÃO

A presente reflexão traz à tona um problema social que é caracterizado na contemporaneidade como um fenômeno a ser observado, tamanha sua importância. Os profissionais de segurança pública no Brasil, entre os quais os policiais militares, vivenciam o constante desafio de atuar em ambientes laborais complexos, que apresentam, em muitos casos, estados de pressão psicológica, assédio moral, falta de reconhecimento profissional e salarial, falta de instrumentais apropriados para o enfrentamento dos trabalhos.

São muitos os desafios vivenciados por este profissional, o policial, que respeitando os princípios constitucionais de proteção absoluta à sociedade, acaba tendo sua individualidade como cidadão, muitas vezes, violados.

Isso quer dizer que temos uma polícia que é herói, mas, que também lida com uma série de ataques à sua estrutura de representação simbólica, de imagem, justamente em razão dos casos diversos apresentados de violências praticados pelo próprio policial, seja

ambiente de socialização externa, na família, ou até mesmo dentro do próprio espaço laboral. Nos casos citados, acima, mostram a incidência ampla do estresse em que esses profissionais vivenciam e que nem sempre são submetidos a apoio e tratamentos psicossociais.

O fato do policial ser um símbolo de proteção social na sociedade, é uma representação construída que o acompanha por toda a sua vida labora, seja durante o trabalho ou fora dele. Mas, além desta representação, há, também, os diversos perigos em que este sujeito social está a mercê. Entre os quais, o aumento da violência contra a polícia, que faz com que este profissional e sua família estejam em constante estado de alerta.

Neste sentido, diante de tantas complexidades que afetam o comportamento biopsicossocial, a Síndrome de Burnout, que está relacionada ao estresse absoluto e que afeta a condição comportamental do profissional, é uma grande preocupação da contemporaneidade. Com a saúde mental debilitada, os problemas da saúde física são consequências.

Apesar das iniciativas do Estado em apresentar propostas e profissionais voltados a entender este fenômeno e ajudar os policiais no âmbito dos tratamentos psicológicos, ainda é um problema que não apresentam mobilizações de equacionamentos afirmativos; pelo contrário, cresce, a cada dia, situações de violências, assassinatos, suicídios, e outras formas de autodestruição protagonizados por policiais, que chamam a atenção pela intensa associação com os distúrbios psicológicos, o que nos convida à refletir sobre como cuidar dos profissionais da segurança, tão importantes para a legitimação de um estado de bem social comunitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICOS

SOUZA, Edinilsa Ramos de et al. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1297-1311, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de procedimentos para serviço da saúde: doenças relacionadas ao trabalho. Série A - Normas e Manuais Técnicos, n. 114. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. Burnout: quando o trabalho atrapalha o bem-estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, ed. 51ª Brasília/DF, Saraiva, 1988.

SANTIN, Gisele; KLAFKE, Teresinha Eduardes. A família e o cuidado em saúde mental. *Barbaroi*, n. 34, p. 146-160, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Edith et al. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 35, n. 122, p. 187-191, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, 2007.

ROSSI, Ana Maria et al. (Org.). *Stress e Qualidade de Vida no Trabalho: Melhorando a saúde e o bem-estar dos funcionários*; Editora Atlas S.A., São Paulo, 2013.

ROSSI, Ana Maria et al. (Org.). *Stress Interpessoal e Ocupacional*; Editora Atlas S.A., São Paulo, 2015. VÁLIO, Marcelo Roberto Bruno. *Síndrome de Burnout e a responsabilidade do empregador*. São Paulo: LTr, 2018.

WOLOWSKI, Matheus Ribeiro de Oliveira; ANDRADE, Rodrigo dos Santos. *Polícia Militar e o seu meio ambiente de trabalho*. Curitiba: Juruá, 2019.